



O professor indígena Parkatêjê: Protagonismo a serviço de sua língua-cultura

*The indigenous Parkatêjê teacher:
Protagonism at the service of his language-culture*

*El profesor indígena Parkatêjê:
Protagonismo al servicio de su lengua-cultura*

Francinete de Jesus Pantoja Quaresma¹
Secretaria de Educação do Pará (SEDUC/PA)

Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira²
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Dossiê

RESUMO

Este artigo apresenta considerações referentes aos professores indígenas Parkatêjê que atuam na Escola Estadual Indígena de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio *Pëptykre Parkatêjê*, situada na Reserva Indígena Mãe Maria, no município de Bom Jesus do Tocantins, sudeste do Pará. Nosso objetivo consiste em evidenciar que esse profissional da educação escolar indígena tem se apresentado como agente colaborador de seu povo, protagonizando ações não somente no que se refere à valorização de sua língua-cultura tradicional ensinada na instituição escolar, mas também no que compete ao fortalecimento da identidade indígena do povo. A Língua Parkatêjê encontra-se atualmente ameaçada de extinção e sua cultura ancestral concorre fortemente com os valores da sociedade circundante. Nesse sentido, os professores indígenas da referida escola, grupo formado não somente por docentes com formação em Ensino Superior, mas também por indígenas da primeira geração que contribuem com seus saberes ancestrais, por meio de suas práticas pedagógicas, trabalham em favor da retomada do idioma, mesmo que suas ações ainda sejam incipientes, colocando a escola como um lugar de transmissão dos saberes tradicionais do povo. As considerações aqui apresentadas baseiam-se em informações contidas na literatura Linguística e Educacional e resultam de observações e dados coletados via entrevistas e formulários, em trabalho de campo realizado junto à comunidade escolar Parkatêjê no mês de fevereiro de 2020. Os resultados, de cunho qualitativo, apontam para o protagonismo dos professores Parkatêjê na constituição da escola que se tem em sua aldeia.

Palavras-chave: Língua-cultura Parkatêjê; Professor indígena; Educação escolar; Saberes tradicionais; Protagonismo.

¹ Doutoranda em Linguística, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Pará, com atividade de pesquisa em ensino-aprendizagem e produção de material didático em Língua Indígena Parkatêjê. Mestre em Linguística pela mesma Universidade. Professora de Língua Portuguesa e Língua Francesa vinculada à Secretaria de Educação do Pará (SEDUC/PA) e à Faculdade Teológica Batista Equatorial (FATEBE). <https://orcid.org/0000-0002-3516-1694>. E-mail: francidejesuspq@yahoo.com.br

² Professora Titular vinculada ao Instituto de Letras e Comunicação, com atividades de docência e de orientação junto ao Programa de Pós-graduação em Letras e à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Pará. Pequena biografia acadêmica. <https://orcid.org/0000-0001-9995-1938> Email: marilia@ufpa.br



ABSTRACT

This article presents considerations regarding indigenous Parkatêjê teachers who work at the Pēptykre Parkatêjê Indigenous State public school for early childhood, elementary and secondary education, located in Mãe Maria indigenous reserve, in the municipality of Bom Jesus do Tocantins, southeast of Pará. Our aim is to show that this professional of indigenous school education has been presenting itself as a collaborative agent of his people, leading actions not only with regard to the valorization of his traditional language-culture taught in the school institution, but also in terms of strengthening of the indigenous identity of the people. The Parkatêjê language is currently endangered and its ancestral culture competes strongly with the values of the surrounding society. In this sense, the indigenous teachers of that school, a group formed not only by teachers with a degree in higher education, but also by indigenous people from the first generation who contribute with their ancestral knowledge. They through their pedagogical practices work in favor of retaking the language, even though their actions are still incipient, placing the school as a place of transmission of the traditional knowledge of the people. The considerations presented here are based on information contained in the linguistic and educational literature and result from observations and data collected through interviews and forms in fieldwork carried out with the Parkatêjê school community in February 2020. The qualitative results point to the protagonism of the Parkatêjê teachers in the constitution of the school in their village.

Keywords: Parkatêjê language-culture; Indigenous teacher; School education; Traditional knowledge; Protagonism.

RESUMEN

Este artículo presenta consideraciones referentes a los maestros indígenas Parkatêjê que trabajan en la Escuela Estadual Indígena Infantil, Primaria y Secundaria Pēptykre Parkatêjê, ubicada en la Reserva Indígena Mãe Maria, en el Municipio de Bom Jesus do Tocantins, suroeste del estado de Pará. Nuestro objetivo es mostrar que este profesional de la educación escolar indígena se ha presentado como un agente colaborador de su pueblo, protagonizando acciones no solo en cuanto a la valorización de su lengua-cultura tradicional enseñada en la institución escolar, sino también en términos de fortalecimiento de la identidad indígena del pueblo. La lengua Parkatêjê se encuentra actualmente en peligro de extinción y su cultura ancestral compite fuertemente con los valores de la sociedad circundante. En este sentido, los docentes indígenas de esa escuela, grupo formado no solo por docentes con títulos en Educación Superior, sino también por indígenas de la primera generación que aportan sus conocimientos ancestrales, a través de sus prácticas pedagógicas, trabajan a favor de retomar la lengua, aunque sus acciones aún son incipientes, poniendo la escuela como un lugar de transmisión de los conocimientos tradicionales del pueblo. Las consideraciones aquí presentadas se basan en formación contenida en la literatura Lingüística y Educativa y son el resultado de observaciones y datos recopilados a través de entrevistas y formularios, en un trabajo de campo realizado con la comunidad escolar Parkatêjê en febrero de 2020. Los resultados, de carácter cualitativo, señalan el papel de los profesores de Parkatêjê en la escuela en su aldea.

Palabras-clave: Lengua-cultura Parkatêjê; Profesor indígena; Educación escolar; Saberes tradicionales; Protagonismo.

Considerações iniciais

Conforme Ferreira (2003), a Língua Parkatêjê, pertencente ao Complexo Dialetal Timbira, associada ao Tronco Macro-Jê, é falada pelo povo indígena Parkatêjê, habitante da Reserva Indígena (RI) Mãe Maria, localizada no município de Bom Jesus do Tocantins, sudeste do Estado do Pará, ao longo da BR 222.

A história dos Parkatêjê sempre foi marcada por seu protagonismo em relação às adversidades que enfrentaram. Seja por questões internas, seja por questões externas ao grupo, esse povo indígena teve que se posicionar firmemente como agente principal em suas relações para sobreviver. Antes mesmo do contato propriamente dito com a sociedade envolvente, os Parkatêjê enfrentaram problemas que quase os levou ao desaparecimento, o que, segundo Ferreira (2012), trouxe sérias consequências para a situação sociolinguística desse grupo.

O quadro linguístico foi agravado com a intensa relação estabelecida com os não índios a partir dos anos 60, segundo Araújo (2008), quando suas terras sofreram ataques dos circunvizinhos, impondo a presença sempre maior da Língua portuguesa. Já em meados dos anos 70, consoante à autora, o idioma nacional era corrente entre as crianças, que não aprendiam mais a Língua Parkatêjê como primeira língua. Assim, o Parkatêjê atualmente é falado por apenas um segmento de sua comunidade. Por não estar sendo transmitida às gerações mais novas, essa língua encontra-se em perigo de extinção.

O contato dos Parkatêjê com os não índios foi sua única possibilidade de sobrevivência, afirma Ferreira (2012). Mas, enquanto protagonistas de sua história, os Parkatêjê não se conformaram com a realidade sociolinguística circunstancialmente imposta a eles. Os membros da comunidade manifestam interesse de que seus filhos e netos guardem a memória dos antepassados e aprendam a língua-cultura, reafirmando a identidade de seu povo. Em suas relações sociais com os não índios, os Parkatêjê foram apresentados à escola e ao ensino formal, passando a entender que por meio dessa instituição a comunidade tem a possibilidade de reverter o quadro de obsolescência linguística vivenciado atualmente. Assim, têm investido forças para que sua educação escolar indígena (doravante EEI) seja um diferencial em seu meio.

Este estudo enuncia considerações relativas às ações dos professores indígenas Parkatêjê na Escola Estadual Indígena de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio Pēptykre Parkatêjê, a fim de evidenciar que esses, sejam eles docentes com formação em Ensino superior, sejam eles docentes sem instrução formal, mas dotado de saberes ancestrais, têm se apresentado como agentes colaboradores de seu povo na valorização e no fortalecimento de sua língua-cultura tradicional ensinada na instituição escolar. Evidencia-se



também que atualmente a escola em questão é um lugar de divulgação dos conhecimentos ancestrais, e, ainda, é um lugar onde as gerações de instrutores educacionais, velhos e jovens, se mesclam, compondo o quadro dos educadores responsáveis pela transmissão dos saberes tradicionais do povo Parkatêjê que são ensinados ao público estudantil.

As considerações feitas baseiam-se em parte em informações contidas na literatura Linguística, em especial na Linguística aplicada, e Educacional sobre a EEI; e em parte resultam de observações e dados colhidos por meio de entrevistas e formulários, em trabalho de campo realizado em fevereiro de 2020, na referida Escola da Aldeia Parkatêjê, localizada na RI Mãe Maria, no Km 30 da BR222. Os resultados, de cunho qualitativo, apontam para o protagonismo dos professores Parkatêje na constituição da escola que se tem em sua aldeia, bem como na contribuição desses para reforçar a identidade indígena.

O texto que apresentamos, além desta parte introdutória, é composto por três itens nos quais tratamos, respectivamente, sobre os desdobramentos da educação indígena em meio aos povos brasileiros; as atribuições do professor indígena enquanto profissional da EEI; e o protagonismo do professor indígena Parkatêjê junto ao seu ensino formal. Esses são seguidos das considerações finais e da apresentação da referência bibliográfica utilizada para o estudo em questão.

1. Desdobramentos da Educação Indígena

No atual paradigma que subsidia a EEI o conceito de escola para os indígenas tem mudado. A instituição escolar é uma velha conhecida desses povos, esse estabelecimento não adentrou às comunidades indígenas sem custos, tanto a organização interna da aldeia quanto a cultura indígena sofreram com a presença desse estabelecimento de ensino que sempre esteve a serviço da integração, conforme D'Angelis (2007). Um exemplo do alto valor dessa conta é a oficialização da figura do professor indígena, um componente novo incorporado ao contexto dos povos tradicionais.

Desde que se teve conhecimento da existência de povos indígenas nestas terras, sabe-se que cada uma dessas sociedades já possuía um processo próprio de educação pelo qual internalizava em seus membros um modo particular de ser, de garantir sua sobrevivência e sua



reprodução. Esse processo é denominado, segundo o Parecer 14/99 do Conselho Nacional de Educação (CNE), educação indígena. De acordo com esse documento, a educação indígena

diz respeito ao aprendizado de processos e valores de cada grupo, bem como aos padrões de relacionamento social introjetado na vivência cotidiana dos índios com suas comunidades. [...] Vista como processo, a educação indígena designa a maneira pela qual os membros de uma dada sociedade socializam as novas gerações, objetivando a continuidade de valores e instituições considerados fundamentais (BRASIL, 1999 *apud* BRASIL, 2007, p. 94).

Como os indígenas têm um olhar do mundo e dos fatos da vida de um modo peculiar, sua filosofia de educação sobre os processos e as condições de transmissão da cultura, sobre a natureza dos saberes ensinados e sobre as funções sociais da educação é muito diferente da filosofia educacional adotada pela sociedade nacional brasileira. Em seu processo educativo natural alguns elementos valorizados pela cultura não índia são dispensáveis, dentre esses citam-se a figura do professor, o espaço da sala de aula e a situação de aprendizagem formal. Assim sendo, os indígenas que habitavam a terra brasílica adotavam formas próprias de reprodução de saberes que eram desenvolvidos e transmitidos por meio da tradição oral, em seus idiomas próprios, sem precisar de escola, conseqüentemente, da escrita alfabética e do profissional da educação formal – o professor.

Nas sociedades indígenas, qualquer indivíduo adulto da comunidade poderia ser um agente de educação, isto é, um transmissor dos conhecimentos e dos valores tradicionais. Assim sendo, “os mais velhos sempre tiveram um papel muito importante na transmissão dos conhecimentos aos mais jovens. São eles os responsáveis pelo relato das histórias antigas, das restrições de comportamento, das nossas concepções de mundo, etc.” (MANDULÃO, 2003, p. 131).

Nesses grupos, os mais velhos são considerados a memória viva da comunidade, a voz da experiência. Sua missão consiste em explicar aos membros mais novos, em especial às crianças, os conhecimentos do seu povo, a fim de que sua cultura continue a ser propagada de uma geração a outra. Nesse contexto de educação, dispensa-se tanto o espaço escolar quanto a situação de aprendizagem formal, muitas vezes artificial, exigida por esse estabelecimento de ensino, pois de acordo com os processos e as condições de transmissão da cultura indígena,



era sempre possível aprender algo em qualquer tipo de relação social, em especial, nas relações coletivas.

Os povos indígenas partiam do princípio de que todos educavam todos em qualquer situação do cotidiano. Assim, a criança era instruída tanto pela família quanto pelas relações diárias na aldeia. Toda e qualquer situação cotidiana servia de cenário para se aprender, até mesmo quando a criança se utilizava de um brinquedo ela estava em situação de aprendizagem, consoante a Mandulão (2003).

Quando a escola adentra as comunidades indígenas, a partir de 1500, com a chegada dos colonizadores, aquela forma singular de educação tem seu processo alterado. Os modos próprios de educar dos indígenas, isto é, a educação indígena dividiu seu espaço com a EEI. A importância antes dada exclusivamente ao membro mais velho da comunidade como agente de instrução e do saber passa a ser compartilhada com o profissional da EEI que, inicialmente, não é um indígena, mas um europeu com propósitos bem notórios de adestramento e domesticação. É dessa forma que nasce a EEI. À época, uma educação totalmente diferente do que se almeja hoje em termos de ensino formal.

De ferramenta usada pela Coroa Portuguesa para o aniquilamento cultural e linguístico dos primeiros habitantes da terra brasileira à uma educação específica, diferenciada, intercultural e bilíngue que atenda às necessidades e aos anseios dos povos tradicionais, a EEI ainda precisa passar por efetivas mudanças a fim de alcançar esses atributos almejados pelos povos indígenas. Após levantamento bibliográfico da literatura atual sobre EEI, é possível afirmar que as escolas que funcionam dentro das comunidades indígenas ainda não conquistaram o patamar que as caracterizem como escolas com moldes para indígenas, mesmo sendo subsidiadas por legislações nacionais que lhes assegurem tais direitos, a saber: a Constituição Federativa de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei 9394/96, o Parecer nº 14/1999, a Resolução nº 3/1999, o Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 10.172/2001 e a Resolução nº 5/2012.

Muitas escolas, se não a maioria, ainda não conseguiram deixar de ser um aparelho do Estado e de funcionar seguindo metodologias de ensino-aprendizagem típicas das escolas da sociedade envolvente, tampouco seguindo um calendário comum proposto pelas Secretarias



Estaduais de Educação para todas as escolas estaduais e que nada apresentam de especificidade para os povos tradicionais.

As escolas presentes nas sociedades indígenas não dispensam o ensino da Língua Portuguesa e justificam essa prática pela necessidade de aprenderem o Português tanto na modalidade oral quanto na modalidade escrita, a fim de dominarem o “instrumento pelo qual, percebem, começam a ser manipulados ou prejudicados” (D’ANGELIS, 2007, p. 13), a escrita dessa língua. Diante disso, adotam o status de escolas bilíngues, cujo ensino das línguas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem nem sempre é equilibrado. A balança é tendenciosa para um lado, o lado do idioma nacional.

Muitos são os fatores que contribuem para isso. A título de exemplificação, cita-se a falta de material didático específico para o ensino das línguas indígenas e métodos pedagógicos adequados para o ensino dessas línguas e de seus conteúdos escolares. Não raro, professores atuantes nas escolas indígenas, sejam eles índios ou não índios, adequam recursos didáticos e/ou materiais didáticos escritos em Língua Portuguesa, ou traduzem dinâmicas presentes nas salas de aulas do contexto nacional para ministrar o ensino da língua indígena.

Semelhantemente, cita-se a ausência de professores indígenas qualificados, com formação específica nos cursos de Licenciatura Intercultural Indígena, para atuar na EEI de suas comunidades. Parte-se do pressuposto que o professor indígena é um agente importante na busca pela especificidade da EEI. “Para a escola indígena, professor indígena”, essa deve ser a máxima a ser adotada pelas comunidades tradicionais que almejam educação específica e diferenciada.

Este é o atual panorama da educação formal vivenciado por muitas escolas indígenas brasileiras, dentre as quais a Escola Estadual Indígena de Educação Infantil, Fundamental e Médio Pëptykre Parkatêjê, localizada na Aldeia da Comunidade Indígena Parkatêjê, onde atuam os profissionais da educação abordados neste trabalho. Tal cenário, porém, pode ser modificado a partir das ações factuais dos agentes responsáveis pela transmissão dos saberes, valores, cosmovisão, por exemplo, seja o componente atualmente integrado à cultura indígena, o professor indígena, seja o componente já conhecido nessas sociedades, o ancião.



Entre os desafios enfrentados pelos povos indígenas para a especificação de sua educação escolar está o envolvimento escola e comunidade, essas instituições precisam estar relacionadas e não operando de forma dicotômica. Uma forma de entrelaçá-las é inserindo indígenas mais velhos da etnia para atuarem como professor, oportunizando também a esses agirem nesse que, para eles, é um ‘novo’ formato de transmissão educacional. A presença de indígenas da primeira geração na escola possibilitará à comunidade, em vias escolares, a manutenção dos antigos meios de transmissão dos saberes ancestrais do povo. Citamos ainda como desafio a preparação de professores indígenas no magistério intercultural. Essa formação dará a esse docente subsídio para atuar de forma crítica, consciente, segura e responsável nos diferentes contextos das escolas indígenas. Para o contexto escolar indígena, os educadores tradicionais e os novos educadores devem ser vistos como profissionais da EEI.

A importância desse profissional da EEI instalou-se no Brasil no final da década de 70, quando o Paradigma Assimilacionista, subsidiado pelas ações promovidas por meio do Modelo Assimilacionista de Submersão e, posteriormente, pelo Assimilacionista de Transição, foi substituído pelo Paradigma Emancipatório. Esse, fruto das ações de um movimento político realizado pelas associações indígenas que propiciaram a articulação de líderes indígenas até o momento isolados entre si, promove o bilinguismo de adição, por meio dos princípios do Modelo de enriquecimento Cultural e Linguístico, em que o aluno é conduzido ao aprendizado tanto da língua portuguesa quanto da língua indígena, ressaltando a necessidade de professores falantes da língua tradicional do povo para atuarem na escolarização formal dos alunos indígenas.

A EEI constitui uma modalidade de ensino que precisa ter como alvo em seus conteúdos escolares a língua-cultura dos povos tradicionais, respeitando os modos próprios dos indígenas aprenderem, bem como seu ritmo de apropriação dos conhecimentos seculares sejam eles de sua cultura ou da cultura nacional. Nesse sentido, defendemos o pressuposto que para as escolas indígenas alcançarem o modelo explicitado, faz-se necessário inserir o ancião da comunidade na função de educador indígena e investir na formação e na instrumentalização pedagógica do professor indígena jovem, visto que ambos são os grandes agentes dessa mudança. Assim, seguimos tratando sobre esse profissional no próximo item.

2. Professor indígena: atribuições do profissional

O professor indígena é o profissional³ prioritário da EEI. Ao afirmarmos sua primazia, estamos nos referindo à urgência e à necessidade desse docente no ensino formal da educação escolar praticada em suas comunidades, visto ser esse conhecedor de sua língua-cultura, portanto, um agente com possibilidades de efetivar mudança nesse cenário educacional e, conseqüentemente, em seu meio social. Ratificando, assim, o exposto na Resolução Federal nº 5/2012, a qual assegura que “a qualidade sociocultural da Educação Escolar Indígena necessita que sua proposta educativa seja conduzida por professores indígenas, como docentes e como gestores, pertencentes às suas respectivas comunidades.” (BRASIL, 2012, p. 10).

Dentro do contexto educacional das comunidades indígenas o professor indígena assume muitas incumbências referentes à sua comunidade. Maher (2006) afirma que é responsabilidade do professor indígena preparar seu alunado, seja ele composto por crianças, jovens ou adultos, não somente para conhecer e exercitar seus direitos e deveres no âmbito da sociedade brasileira, mas também para exercitar sua cidadania no interior da sociedade indígena a qual pertence etnicamente. Uma competência como essa implica da parte do educador uma constante reflexão crítica sobre as contradições presentes nesses objetivos, que, por sua vez, podem resultar em conflitos e tensões, afirma a autora.

Outra atribuição específica ao professor indígena consiste em organizar a escola de sua comunidade. Para isso, cabe a ele a elaborar o projeto político pedagógico (PPP) da instituição, traçar objetivos educacionais, definir calendário, construir grade curricular, apontar conteúdos das disciplinas e definir o sistema avaliativo da instituição, segundo a autora. Tarefas como essas, além de não serem fáceis, demandam formação acadêmica da parte dos envolvidos, visto que, como representante da comunidade dentro da escola, os professores indígenas precisam compreender as implicações que envolvem cada um desses aspectos do cotidiano escolar, a fim de saber defini-los da forma mais conveniente e adaptada

³ Em termos legais, a carreira do professor indígena é um direito adquirido por esses povos por meio do PNE (2001), que estabelece a profissionalização e o reconhecimento público do magistério indígena, criando categoria professor indígena como carreira específica do magistério.



ao contexto sociopolítico de seu povo, para que a escola se torne uma aliada e não uma invasora dentro de sua sociedade.

Ademais, cabe ainda ao professor indígena a responsabilidade de tomar as decisões sobre como grafar sua língua, criando um sistema de escrita para ser adotado e ensinado na escola, possibilitando salvaguardar sua língua-cultura por meio dos registros dos conhecimentos tradicionais. Conforme afirma Maher (2006, p.26), tornando-se o “‘o guardião da herança cultural’ de seu povo”, sendo essa, segundo a autora, uma de suas funções mais importantes. A criação de sistema de escrita para registro das tradições possibilita ao docente indígena produzir materiais didáticos específicos que lhes auxiliem em suas práticas pedagógicas, apoiando seu trabalho escolar.

Ainda referendando Maher (2006, p. 26), vale ressaltar que as atividades do professor indígena vão muito além do domínio escolar. Suas atribuições são muito mais amplas. Como muitos deles dominam os códigos da sociedade brasileira, esses profissionais se percebem, e são percebidos, “como elementos cruciais na interlocução cultural e política de seu grupo étnico com a sociedade envolvente.” Consoante aos Referenciais para a Formação de Professores Indígenas (RFPI), esses profissionais da EEI, atores principais da educação intercultural, atuam como porta-voz em sua comunidade e em sua escola. Eles “são os mediadores, por excelência, das relações sociais que se estabelecem dentro e fora da aldeia, por meio também da escola.” Nesse sentido, eles “têm uma função social distinta dos professores não-índios, pois assumem, muitas vezes, o papel de intérprete entre culturas e sociedades distintas.” (BRASIL, 2002, p. 20).

As responsabilidades atribuídas ao professor indígena são várias, por isso esse deve estar preparado para enfrentar os desafios que lhes cercarão a partir de sua tomada de decisão em se tornar um docente na escola de sua comunidade. Conforme referendado, um dos desafios que podemos destacar, e esse está voltado para o profissional indígena mais jovem, é sua formação profissional para a carreira de magistério indígena. Essa capacitação é amparada legalmente pela LDBEN (1996), que determina a criação de programas de formação de professores indígenas. Nessa formação o profissional da EEI tem a possibilidade de se preparar para ser um agente de sua escola, visto que aprende a lidar com as diversas situações que sua prática demanda. Ele aprende a ser, além de educador, pesquisador em diversas áreas,

autor de suas aulas e dos materiais didáticos que lhe subsidiarão em suas práticas pedagógicas.

Dentre todos os possíveis desafios postos a esses profissionais, o maior consiste em transformar a escola de sua comunidade, um espaço tido como exterior a sua cultura e vivência, inicialmente tido como lugar de aniquilação das línguas e culturas indígenas, em um espaço possível de interculturalidade. Ele deve estar preparado para as possíveis tensões que podem surgir com a introdução do ensino escolar. A título de exemplificação citamos a valorização de novos conhecimentos em detrimento das práticas e ciências indígenas e a supervalorização da escrita em detrimento da oralidade. Para que problemas como esses não aconteçam é preciso que o professor considere sempre a comunidade educativa como centro de suas ações, para que todo e qualquer conhecimento fortaleça a comunidade e contribua para solucionar problemas comuns (BRASIL, 1998).

O professor indígena deve adotar uma postura adequada e responsável, comprometendo-se em desenvolver o processo de ensino-aprendizagem não como o detentor de conhecimentos dentro da escola onde atua, “mas como articulador, facilitador, intervindo, orientando, problematizando, sem desconsiderar a atitude de curiosidade dos alunos para os novos conhecimentos” (BRASIL, 1998, p. 43), considerando sempre a figura dos anciãos como fundamental para o enriquecimento dos saberes promovidos pela escola, pois é nessa relação que a escola indígena tem a possibilidade de tornar-se diferenciada.

Diante desses argumentos, defendemos a importância de se ter um professor da etnia atuando na comunidade, não somente para que o processo de ensino-aprendizagem se desenvolva de forma harmoniosa, mas também para que a educação escolar possa ser uma aliada nas lutas dos povos indígenas por seus direitos. Dentro da escola de sua comunidade, esse profissional da EEI exerce papéis múltiplos que vão além da simples transmissão de conhecimentos formais e científicos, isto é, das estratégias de apropriação da leitura e da escrita alfabética, até o desafio de conduzir, com excelência, os problemas sociais que podem envolver a comunidade.

Dessa forma, sendo o professor pertencente à etnia, certamente se envolverá mais intensamente às suas possíveis atribuições, buscando sempre alcançar os resultados mais



satisfatórios que tragam benefícios a todos da comunidade, inclusive a ele, que é parte desse corpo. O protagonismo de professores indígenas pode ser exemplificado por meio da prática docente do grupo de professores da etnia Parkatêjê, conforme exposto a seguir.

3. O protagonismo do professor indígena Parkatêjê

“Preocupação em perpetuar, divulgar a cultura e a história do seu povo”, esse tem sido o princípio norteador das práticas pedagógicas adotadas pelos professores Parkatêjê em relação ao ensino formal na então Escola Estadual Indígena de Educação Infantil, Fundamental e Médio Pẽtykre Parkatêjê⁴, localizada na Aldeia da Comunidade Indígena Parkatêjê. Os Gavião, como também são chamados, sabem perfeitamente o papel que querem que a escola assuma em seu meio, um lugar onde a cultura e a história estão presentes nas ações curriculares realizadas juntos aos alunos indígenas da etnia matriculados na instituição de Educação Básica.

Em sua história de protagonismo, os Parkatêjê têm um capítulo voltado para o ensino formal, com o qual tiveram sua primeira experiência em 1976, quando abrigaram a Escola Kaikuture, implantada e mantida pela FUNAI para atender indígenas estudantes da 1ª a 4ª série do 1º Grau (ALVAREZ et al, 1996), alfabetizando-os em Língua Portuguesa. Diante das experiências escolares vivenciadas ao longo dos anos, a Comunidade Parkatêjê entendeu os encargos dessa instituição na sociedade circundante e projetou a função que gostariam que ela tivesse em seu meio. Assim, eles têm buscado transformar os processos educacionais promovidos por esse estabelecimento de ensino em seu favor.

Ainda que de forma insipiente, a escola tem se constituído no lugar de promoção de sua língua-cultura. Foi com objetivo de estimular o ensino da Língua Parkatêjê que essa comunidade indígena realizou um dos seus primeiros protagonismos educacionais, quando demandaram junto à Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC-PA) um projeto educacional bilíngue, que atendesse também o ensino de sua língua tradicional e que promovesse metodologias adequadas para a formação dos alunos. Surgia, em 1990, a Escola em Regime de Convênio Parkatêjê, a primeira experiência educacional indígena dessa

⁴ Denominação adotada a partir de 1999, após reconhecimento legal pelo Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE-PA).

Secretaria. Concomitantemente, surgiam os futuros professores indígenas do ensino formal na Aldeia Parkatêkê, esses consistiam em três indígenas da etnia, que passaram a atuar como monitores, ensinando a língua e a cultura do povo, segundo Ferras (2001).

Atualmente a Escola Pëptykre Parkatêjê é uma instituição bilíngue por meio da qual os Parkatêjê têm buscado reverter sua situação sociolinguística. Essa não é favorável à língua tradicional, de acordo com Araújo (2008). O contato com a sociedade envolvente colocou a Língua Parkatêjê em situação de risco. Segundo a autora, somente os mais velhos falam a língua, embora entre eles seja possível observar a alternância de código com a Língua Portuguesa. Na geração de indígenas entre 30-40, a competência linguística equilibra-se entre certo domínio passivo e muito limitado e certo domínio ativo ainda presente. Entre os mais jovens, há certo domínio lexical em algumas áreas semânticas, como reino animal, vegetal, corpo humano, armas e instrumentos musicais; entretanto estão se perdendo o léxico e a compreensão interacional das relações sociais e práticas sociais em desuso. Diante da situação, Araújo (2008) afirma ser possível classificar a Língua Parkatêjê como ameaçada de extinção.

Algumas estratégias têm sido colocadas em prática a fim de retroceder o quadro exposto e de fortalecer a língua e a identidade do referido povo. São por meio delas que podemos destacar o protagonismo dos professores indígenas Parkatêjê. Uma dessas estratégias consiste justamente no fato de a referida escola contar com a atuação de docentes indígenas para ministrar disciplinas específicas da grade curricular adotada na instituição, a saber: Língua Parkatêjê e Cultura Parkatêjê. Dentre os 22.590 professores indígenas contabilizados na estatística do último Censo Escolar da Educação Básica brasileira de 2018, estão os oitos professores indígenas⁵ da etnia Parkatêjê contratados pela SEDUC-PA que atuam na Escola Pëptykre Parkatêjê. O professor indígena que trabalha na referida escola atende aos alunos da Educação Infantil ao Ensino Médio.

A importância de se ter professores indígenas atuando na escola é observável entre os Parkatêjê. O próprio professor indígena Parkatêjê é um profissional que reconhece a

⁵ A esse número somam-se ainda outros profissionais da educação. Há servidores da mesma etnia na função de Diretora, Secretária escolar, Agente de secretaria, Merendeiras, Serventes e Vigias, e, ainda, há servidores não indígenas, exercendo a função de professores. Todos também contratados pela SEDUC-PA.



relevância de sua atuação dentro do contexto educacional indígena, conforme se verifica em seus discursos. Ao serem questionados sobre o grau de importância que atribuíam para a atuação do docente indígena na educação escolar, todos foram unânimes afirmando que tais professores são essencialmente importantes. No desdobramento da pergunta, quando foram solicitados que explicassem o porquê dessa avaliação, os docentes justificaram sua resposta afirmando, por exemplo, que eles eram os conhecedores da cultura e da língua, sendo sua função levar o aluno ao entendimento daquilo que se fizer necessário explicar a ele.

O reconhecimento desse profissional da educação escolar indígena em Marabá, município vizinho a Bom Jesus do Tocantins, onde está localizada a Reserva Indígena Mãe Maria, é notório. Em meio aos professores municipais, estaduais e federais, os professores indígenas Parkatêjê são conhecidos como os “intelectuais da floresta”, e de fato o são, haja vista que são os detentores do saber de seu povo.

A presença desses profissionais, associada à formação do corpo funcional da escola composto também por indígenas da mesma etnia, tem refletido na valorização da língua-cultura da comunidade, visto que com a presença desses se torna possível promover ações nesse sentido. Dentre os professores indígenas que atuam na instituição escolar, há docentes com formação em ensino superior e há docentes cuja experiência está totalmente pautada na vivência dentro da comunidade. Ambos são denominados e tratados pela comunidade e pela escola como professores bilíngues. Aqueles contribuem para o ensino formal na escola da comunidade trazendo os conhecimentos pedagógicos aprendidos nas universidades, estes, os indígenas mais velhos, contribuem com suas experiências, subsidiando no contexto escolar não somente os alunos, mas também os próprios professores formados em instituições de ensino, visto que eles são a própria enciclopédia da comunidade e da escola, conforme se verifica na fala dos docentes, quando foram questionados sobre sua fonte de pesquisa para elaboração das aulas de língua-cultura a serem ministradas: “A fonte é os mais velhos. Eu pego frases com eles pra confirmar [...] os próprios alunos confirmam com eles também [...]” (PARKATÊJÊ, 2020).

Assim sendo, quando um dos anciãos desaparece, a comunidade entende que com ele vai parte importante de sua história e de sua cultura. De acordo com Ferreira (2010, p. 192), “os indivíduos mais velhos são sábios que detêm maior conhecimento, porque conhecem

profundamente a cultura da qual fazem parte, vivenciaram experiências bem distintas daquelas que as gerações mais jovens e têm a língua nativa como materna.”

Por meio da presença dos professores bilíngues anciãos na escola, bem como da importância atribuída pelos alunos e demais professores da referida instituição ao saber transmitido por eles nesse local, percebemos que a Comunidade Parkatêjê investe na valorização de sua língua-cultura e nos conhecimentos tradicionais, preocupando-se em manter o contato intergeracional entre os indígenas da etnia, sendo esse investimento favorável aos próprios integrantes do grupo.

Conforme avaliaram os professores indígenas da primeira geração, sua presença tem sido positiva junto aos mais jovens, eles os ensinam sobre a língua e a cultura na prática, por meio de metodologias peculiares ao povo, ‘mostrando e falando’ na Língua Parkatêjê. Nessa abordagem empírica, esses professores colocam também a escola como um lugar do saber ancestral, onde aquele agente da educação indígena tradicional, os velhos, incorpora valor dentro da nova faceta educacional introduzida na comunidade, atuando juntamente com o componente novo incorporado ao contexto dos povos tradicionais, os professores indígenas com formação em instituições de ensino formal.

A Escola Pëptykre Parkatêjê não promove a substituição de um agente de saber - os velhos - por outro - os professores indígenas com formação em ensino formal -, eles agregam as possibilidades, constituindo sua educação escolar indígena em uma prática de alteridade. Assim, promove-se uma relação harmoniosa entre escola e sociedade, na qual ambas são transmissoras dos saberes tradicionais do povo, tendo a figura dos velhos presentes nas duas instituições, conforme se verifica na figura abaixo:

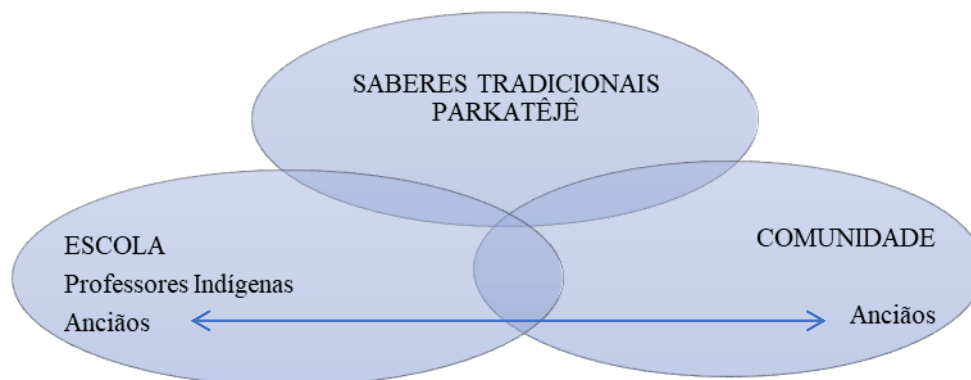


Figura 1 – Relação Escola e Comunidade Parkatêjê
Fonte: Autoras do estudo (2020).

É dessa forma que os Parkatêjê constituem a escola dentro de sua comunidade, visando os atributos de específica e diferenciada. Nesse contexto, os professores indígenas anciãos acreditam estarem cooperando junto ao povo, proporcionando ao aluno aprendizado que lhe permitirá ocupar ‘o lugar deles [dos professores anciãos] no futuro’.

Outra estratégia de valorização da língua-cultura usada pelos Parkatêjê em sua escola consiste em uma atividade didático-pedagógica definida pela Comunidade como o Dia da Cultura. Assim, às sextas-feiras a escola amplia seus horizontes para além de seu prédio institucional. As aulas acontecem no acampamento e são desenvolvidas por meio de metodologias empíricas, isto é, os professores indígenas, apoiados pelos professores não indígenas, mostram ao aluno o cotidiano de sua comunidade. Nessa aula, o discente indígena observa como seus parentes tecem cestos e jogam arco e flecha, por exemplo. Ademais, essa é uma oportunidade para que eles tenham contato com a língua tradicional em interação, pois escutam os membros mais velhos falando em Língua Parkatêjê.

Recuperar a Língua Parkatêjê tem sido um grande objetivo desse povo indígena. Assim, o ensino-aprendizagem desse idioma tornou-se necessário, havendo forte indício de que a língua constitui a própria identidade e a história dos Parkatêjê, conforme se afirma na aldeia. A fim de promover o ensino de sua língua tradicional, os professores indígenas, em mais uma atitude de protagonismo, embora ainda não tenham um currículo definido para as disciplinas que compõem a grade curricular de sua EEI, ministram suas aulas de língua selecionando o conteúdo curricular que compreendem ser necessário ensinar aos alunos;

adotando metodologias para o ensino formal a partir daquelas utilizadas no ensino empírico: mostram como faz e expõem por meio da oralidade o que está ao seu redor; e utilizando os recursos didáticos que estão a sua disposição: caderno, caneta, lápis, borracha, lápis de cor, etc., utensílios tradicionais do ensino formal. Vale ressaltar que apesar de essa metodologia adotada ser pouco eficiente para transmissão de seu idioma, sua prática torna a presença do professor indígena essencial, isto é, prioritário na escola, visto serem eles falantes da Língua Parkatêjê.

É preciso considerar ainda a atitude desses docentes em relação à ênfase que se dá na escola ao conteúdo cultural. O peso da cultura circundante é notório, sua entrada na aldeia e na escola é facilitada pelo domínio da Língua Portuguesa, idioma falado pelos alunos matriculados no estabelecimento de ensino. Os Parkatêjê convivem com os instrumentos culturais da sociedade ocidental, citamos, por exemplo, alguns elementos presentes dentro da escola: professores não indígenas, livros didáticos escritos em Português e metodologias de ensino da sociedade não índio. Entretanto, a Escola Pẽptykre Parkatêjê tem buscado relativizar essa importância, possibilitando a reflexão sobre os valores de suas tradições e exaltando suas crenças e práticas ancestrais para a composição de sua identidade indígena. A título de exemplificação, citamos a corrida de tora, uma prática comum em muitas sociedades indígenas brasileiras, a qual é exercitada todas as manhãs pelos alunos Parkatêjê, antes de se dirigirem às aulas formais.

Ações como essas destacam o protagonismo dos professores indígenas Parkatêjê em relação à EEI que almejam para sua escola: específica, diferenciada, intercultural e bilíngue, demonstrando que esses docentes são verdadeiros agentes de sua educação formal, atuando nesse cenário com motivação, pois entendem que estão fazendo algo em benefício de seu povo.



Considerações finais

Conforme referendado, a Comunidade Parkatêjê sempre buscou protagonizar suas ações. Em meio ao contexto do ensino formal, isso não se deu de forma diferente, mais uma vez é possível observar esse grupo indígena agindo, por meio da escola, em relação à situação sociolinguística e cultural que lhes foi imposta pelo contato. Cientes da necessidade de valorizar sua língua-cultura para fortalecer sua identidade étnica, agem em prol disso, colocando sua membresia a serviço dessa instituição de ensino da Educação Básica, em especial, inserido os indígenas da primeira geração para atuarem como professores indígenas juntamente com aqueles docentes que buscaram formação em ensino formal nas instituições de Ensino Superior.

O quadro exposto possibilitou-nos compreender a relevância da atuação dos professores indígenas Parkatêjê na Escola Pëptykre Parkatêjê, a qual surge nesse contexto de ensino formal como um lugar de transmissão dos saberes tradicionais, onde as diferentes gerações de professores Parkatêjê atuam pedagogicamente em sua educação escolar indígena, tornando-se figuras indispensáveis para que esse povo tenha uma escola específica, diferenciada, intercultural e bilíngue. Seja ele componente sociocultural novo introduzido nas comunidades por meio da EEI, seja ele o componente tradicional da transmissão dos saberes ancestrais em novo espaço de atuação, o docente indígena é o agente de transformação das práticas pedagógicas da educação escolar indígena, moldando a escola segundo os atributos desejados.

Como os professores indígenas Parkatêjê ainda concorrem com o modelo de ensino e com os conteúdos dos saberes curriculares ocidentais, compreendemos que é preciso investir na formação pedagógica desses que na atualidade se tornam agentes de saber escolar, orientando-os a criar e a usar materiais didáticos específicos e metodologias adequadas ao contexto de ensino indígena. Eles precisam fortalecer suas práticas pedagógicas usando metodologias apropriadas criadas e testadas por eles próprios. Bem como, compreendemos que é preciso potencializar a presença dos professores mais velhos dentro da escola para, em parceria com os educadores mais novos, terem o papel ativo na educação formal de seu povo.



Apesar de em muitos sentidos a Escola Pëtykre Parkatêjê, assim como muitas escolas indígenas espalhadas pelo Brasil, ainda ser caracterizada como aparelho do Estado, seus agentes vêm buscando formatá-la aos moldes específicos e diferenciados, dentro de suas limitações. Assim, o professor Parkatêjê surge como um protagonista em sua EEI.

Referências

ALVAREZ, A.; CUNHA, J.; COSTA, E.; DAVID, M.; JULIÃO, R. A construção da Escola pelos Parkatêjê. In: ASSIS, E. C. (Orgs.). **Educação Indígena na Amazônia: experiências e perspectivas**. Belém: UFPA, 1996.

ARAÚJO, L. M. S. Parkatêjê x português: caminhos de resistência. **IX Congresso Internacional da Brazilian Studies Association**. Louisiana, Estados Unidos, 2008. Disponível em: http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_IX/Leopoldina-Araujo.pdf. Acesso em: 08 mar. 2020.

BRASIL. Resolução nº 5/2012, de 22 de Junho de 2012. Define diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar indígena na educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Educação escolar indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola** – Caderno SECAD 3. Brasília: MEC, 2007, 133 p.

BRASIL. **Referenciais para a formação de professores indígenas**. Brasília, DF: MEC, 2002. 84 p.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Senado Federal, UNESCO, 2001, 186 p.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998, 339 p.

BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

CUQ, J. P. **Dictionnaire de didactique du français** – Langue étrangère et seconde. Paris: CLÉ International, 2003, 303p.

D'ANGELIS, W. R. **Como nasce e por onde se desenvolve uma tradição escrita em sociedades de tradição oral?** Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2007, 48 p.

FERRAZ, I. Lições da escola Parkatêjê. In: SILVA, A. L.; FERREIRA, M. K. L. (Orgs.). **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola**. 2. ed. São Paulo: Global, 2001.

FERREIRA, M. N. O. Pê, kãm, mã e outras posposições da Língua Parkatêjê. **Revista do GELNE**, v. 14, 2012.

FERREIRA, M. N. O. Análise de uma narrativa tradicional oral do povo Parkatêjê: Pyt me Kaxêr. **Espaço Ameríndico**, Porto alegre, v. 4, n. 2, p. 191-205, jul./dez. 2010. Disponível em:



<https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/13468>. Acesso em: 20 jun. 2020.

FERREIRA, M. N. O. **Estudo morfossintático da língua Parkatêjê**. Orientadora: Lucy Seki. 2003. 276 f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2003.

MAHER, T. M. Formação de Professores Indígenas: uma discussão introdutória. In: MAHER, T. M. (Org.) **Formação de professores indígenas**: repensando a trajetória. Brasília: MEC, 2006, p. 39-68. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001463/146327por.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

MANDULÃO, F. S. Educação na visão do professor indígena. In: MEC. **Diversidade na Educação**: reflexões e experiências. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003, p. 131-137.

PARKATÊJÊ, J. R. J. Entrevista [fev. 2020]. [Entrevista concedida à] Francinete de Jesus Pantoja Quaresma, do Programa de Pós-Graduação em Letras-Linguística, da Universidade Federal do Pará. Bom Jesus do Tocantins-PA, 2020. 1 Formulário de pesquisa de campo. 1 arquivo sonoro (44 min. 8s.).

QUARESMA, F. J. P. **Análise de livros didáticos do povo indígena Mëbêngôkre**. Orientadora: Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira. 2012. 189 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

[License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Artigo recebido para publicação em: 18 de junho de 2020.

Artigo aprovado para publicação em: 21 de julho de 2020.